



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira	IBovespa nos últimos dias	Na terça-feira	Últimos	Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,3% São Paulo	179.284180.409	R\$ 5,200	R\$ 1.621	R\$ 5,998	14,90%	14,72%	0,090,180,330,330,70
	12/313/316/317/3	11/março12/março13/março16/março	5,1595,2425,3165,229				Outubro/2025Novembro/2025Dezembro/2025Janeiro/2026Fevereiro/2026

PETRÓLEO

Governo vê abusos em alta de combustíveis

Enquanto postos reclamam da falta de oferta, Polícia Federal anuncia inquérito para investigar possíveis excessos em todo o país

» RAPHAEL PATI
» ROSANA HESSEL
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Os combustíveis devem permanecer mais caros em todo o país, em meio às restrições no comércio global em virtude da guerra no Oriente Médio. A dificuldade para os navios trafegarem no Estreito de Ormuz, controlado pelas forças revolucionárias do Irã, causa um efeito direto sobre os preços no mundo inteiro, e no Brasil esse cenário não é diferente, já que o país importa 30% do diesel consumido no mercado interno, além de 10% da gasolina.

Além disso, os governos estaduais rejeitaram, ontem, uma solicitação do governo federal para reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre esses produtos.

O pedido foi feito pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada — quando anunciou a isenção de PIS/Cofins sobre o óleo diesel. Em nota, o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) afirmou que cortar impostos não garante alívio para o bolso do consumidor, e ainda pode provocar “perdas fiscais concretas” para os entes federativos. De acordo com o Comitê, nos últimos três anos, o preço da gasolina caiu 16% nas refinarias, mas subiu 27% nas bombas, “o que evidencia, de forma objetiva, que reduções de parcelas de custo não necessariamente se convertem em alívio proporcional ao consumidor final”.

Além disso, os estados defendem que as iniciativas voltadas à redução de preços devem considerar, também, seus efeitos sobre o financiamento de políticas públicas essenciais mantidas por estados e municípios, como saúde, educação, segurança pública, transporte e infraestrutura. “Em vez de produzir alívio real nas bombas, uma nova redução do ICMS pode, na prática, enfraquecer a capacidade do poder público de atender justamente

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Para escapar do preço da gasolina, Armando Ridel, servidor público, tentou o álcool como alternativa, mas o preço também estava mais alto

a população que se pretende proteger”, ressaltou a nota. Atualmente, o imposto estadual representa R\$ 1,57 por litro na gasolina e R\$ 1,17 por litro no preço do diesel.

Racionamento

No Brasil inteiro, distribuidoras repassam o aumento dos custos logísticos e do próprio produto ao valor final da gasolina e do diesel para os postos. No Distrito Federal, um levantamento realizado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicombustíveis-DF) aponta que desde o início dos efeitos do conflito internacional, as distribuidoras já aumentaram em R\$ 0,89 o preço do litro de diesel e em R\$ 0,26 a gasolina. No posto da Petrobras da 113

Norte, o estoque de diesel acabou ainda durante a tarde de ontem. O gerente do estabelecimento, Wendell Luiz, explica que a distribuidora que atende a unidade passou a entregar menos combustível que o demandado pelo posto. “Quando eu peço 15 mil litros de combustível, não chegam os 15 mil. Chegam só 5, 10 mil”, diz o gerente, que acrescenta: “Eles (distribuidora) falam que, se liberar, vai faltar para eles e vai faltar para a gente. Ou, então, a segunda opção é aumentar o preço dos combustíveis. E eles estão tentando segurar o preço, mas também estão diminuindo a quantidade de venda”.

Para presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Tavares, é impossível evitar os efeitos do preço do mercado internacional para as

distribuidoras. “São as distribuidoras que precisam importar 30% do diesel e 10% da gasolina para suprir o mercado brasileiro”, frisa o representante dos donos de postos, que explica que, com a adoção de quotas diárias, as pequenas distribuidoras regionais, que suprem, principalmente, os revendedores sem bandeira, sofrem com a falta produto, visto que os preços no mercado internacional estão bem mais caros que os praticados pela Petrobras.

Na tentativa de ampliar a oferta, a Petrobras tem realizado leilões de diesel voltados a pequenas distribuidoras regionais. No entanto, o ágio nesses leilões já alcança até R\$ 2,60 acima do preço de tabela.

Carestia

Desde o início do conflito, o consumidor brasileiro percebe um aumento cada vez maior do preço dos combustíveis em todo o país. Com medo de que os valores fiquem ainda mais caros, o militar Roberto Marista, de 42 anos, saiu de casa e foi abastecer ontem durante a noite. “O que eu fiz, já prevendo um possível aumento em um tempo curto, eu vim abastecer sem a necessidade. Meu carro ainda tem combustível”, contou.

Além da gasolina e do diesel, o preço do etanol também segue mais elevado. Um levantamento feito pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) mostra que, mesmo com o petróleo mais caro, abastecer com álcool só é mais vantajoso em apenas dois estados brasileiros: Mato Grosso e Mato Grosso

do Sul, onde a proporção de preço entre etanol e gasolina fica abaixo dos 70%. No DF, essa média chega a 79%. “A minha preocupação é porque o etanol, que não tem nada a ver com o mercado externo, está tão caro, se o problema é na gasolina?”, indaga Armando Riedel, 43 anos, servidor público. “Não tem mistura de petróleo, não é derivado, não tem impacto no mercado exterior, então não faz sentido para a gente”, completa.

Ontem, a Polícia Federal instaurou um inquérito para investigar postos e distribuidoras de combustíveis quanto à possibilidade de essas empresas efetuarem ajustes “abusivos” nos preços de combustíveis, em decorrência do aumento do valor do petróleo no mercado internacional. Segundo Willian Murad, diretor-executivo da Polícia Federal, o inquérito foi instaurado para evitar que aumentos nos preços de combustíveis ocorram na lógica de um cartel.

De acordo com o ministro da Justiça, Wellington Lima e Silva, as ações da PF englobam uma série de iniciativas comandadas por órgãos como a ANP, o Ministério de Minas e Energia (MME), a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), o Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e Promos estaduais. “Como nós sabemos, o mercado brasileiro trabalha com a livre concorrência, mas o abuso aos preços é inevitavelmente rechaçado pelo governo”, disse o ministro Lima e Silva, em conversa com jornalistas.

Uma operação da Senacon observou indícios de aumento abusivo em vários estados. No Distrito Federal, 29 postos foram anotados. “Nós identificamos quais são os pontos sensíveis e que podem representar uma elevação de preço sem justa causa, que caracteriza uma abusividade”, pontuou Morxita, que completou: “Identificamos um paralelismo de preços, onde postos estavam praticando no mesmo município o mesmo preço, em vários estados”.

Acordo Mercosul-UE é promulgado

» LETÍCIA CORRÊA

O Congresso Nacional promulgou, ontem, o Decreto Legislativo nº 14, de 2026, que aprova o acordo entre o Mercosul e a União Europeia. O ato ratifica a adesão do Brasil ao acordo, mas, para valer, o acordo ainda depende da aprovação do Parlamento europeu.

“O Mercosul e a União Europeia, por meio deste texto histórico, escolhem o caminho da parceria, da tolerância e da paz. Este acordo é o instrumento de verdadeira estabilidade internacional. O comércio cria regras comuns e regras comuns obrigam os países a dialogar, negociar, resolver suas disputas por meio diplomáticos em vez de recorrer à força”, disse o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União).

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, representando o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, classificou a promulgação do acordo como um “marco histórico de visão estratégica e compromisso nacional”. Em seu discurso, ele destacou que a iniciativa não é apenas um tratado comercial, mas uma escolha política fundamental que une dois blocos em prol da paz e do desenvolvimento.

“O acordo entre Mercosul e União Europeia conecta 2 blocos econômicos que, juntos, reúnem mais de 700 milhões de pessoas e ¼ da economia mundial. Trata-se do maior acordo comercial já negociado pelo Mercosul e também o maior acordo de comércio entre blocos do mundo. Ele é, portanto, um instrumento de política econômica e também de política externa, alinhado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusivo”, afirmou Alckmin.

Ele anunciou a assinatura de um plano de trabalho entre o

Jonas Pereira/Agência Senado



Mdic e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para auxiliar empresas brasileiras na adaptação às novas regras do comércio internacional.

Para o vice-presidente, em um cenário de tensões globais, o acordo reafirma a escolha do Brasil pelo multilateralismo, pelo diálogo e por um sistema internacional baseado em regras e valores compartilhados, como o desenvolvimento sustentável e a inclusão.

“A integração por meio de instituições e com base na democracia é o caminho para o nosso desenvolvimento”, declarou.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), mandou um recado ao continente europeu.

“Do lado de cá do Atlântico, faço um voto sincero e confiante: que o Parlamento Europeu e o Tribunal de Justiça do Bloco mostrem que estão à altura deste momento

distinto e exerçam, com prontidão, a missão célebre que lhes cabe. O Brasil esperou muito por este dia e hoje celebra a capacidade de transformar perseverança em resultado”, ressaltou.

O acordo

O texto de 23 capítulos prevê a redução gradual de taxas de importação para produtos agropecuários e industrializados, além de criar

A sessão solene que promulgou o Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo foi presidida por Alcolumbre e contou com a presença de Alckmin

regras para setores como proteção da propriedade intelectual, compras públicas, regras sanitárias, comércio, compromissos ambientais, investimentos e serviços. Pelo acordo, o Mercosul zerrará tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos e a União Europeia eliminará tarifas sobre 95% dos bens do Mercosul em até 12 anos.

Juntos, os dois blocos ocidentais reúnem, aproximadamente, 718 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) superior a US\$22 trilhões. Simulações do governo federal brasileiro estipulam que a execução do tratado pode aumentar o PIB do país em 0,34% até 2044, cujo a equivalência chega a cerca de R\$37 bilhões. As projeções também apontam crescimento de 0,76% nos investimentos e elevação de 2,65% nas exportações brasileiras.

* Estagiária sob a supervisão de Edla Lula